



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Espírito
Santo Campus Colatina**

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Gestão
Pública

Colatina – ES – 2021

Reitor
Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação
André Romero da Silva

Diretora de Pós-graduação
Danielle Piontkovsky

Diretor-Geral do Campus Colatina
Octavio Cavalari Júnior

Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão/ Campus Colatina
Júlio César Nardi

Comissão de Elaboração do PPC

Thereza Christina Ferrari Paiva
Cláudia Guio Bragato
Danielle Braun
Izabel Maria Laeber
Marlinda Gomes Ferrari
Mauriceia Guzzo

Coordenação do Curso

Thereza Christina
Ferrari Paiva

Assessoramento Pedagógico

Marlinda Gomes
Ferrari

Sumário

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1. | IDENTIFICAÇÃO DO CURSO: | 4 |
| 2. | CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA: | 5 |
| 2.1 | APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: | 5 |
| 2.1.1 | BREVE HISTÓRICO DA EAD NO IFES: | 5 |
| 2.1.2 | VIABILIDADE TÉCNICA: | 8 |
| 2.2 | JUSTIFICATIVA: | 10 |
| 2.3 | OBJETIVO GERAL: | 15 |
| 2.4 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS: | 15 |
| 2.5 | PÚBLICO-ALVO: | 15 |
| 2.6 | PERFIL DO EGRESSO: | 16 |
| 2.7 | INFRAESTRUTURA: | 16 |
| 2.7.1 | INSTALAÇÕES GERAIS E EQUIPAMENTOS: | 16 |
| 2.7.3 | BIBLIOTECA: | 18 |
| 2.8 | FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OUTRAS RECEITAS: | 19 |
| 2.9 | PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CURSOS EM CONVÊNIO: | 19 |
| 3 | CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO: | 20 |
| 3.1 | CORPO DOCENTE: | 24 |
| 3.2 | CORPO TÉCNICO DO CURSO: | 29 |
| 4 | MATRIZ CURRICULAR: | 30 |
| 4.1 | COMPONENTES CURRICULARES: | 30 |
| 4.2 | EMENTÁRIO: | 31 |
| 5 | ESTÁGIO: | 52 |
| 6 | REFERÊNCIAS: | 53 |

1. Identificação do Curso:

| | | | | | |
|--|---|--|----------|----------------------|-----|
| Nome do Curso | Especialização em Gestão Pública | | | | |
| Código/Área de Conhecimento | 60.2.0000.06 – Administração 60202009 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | |
| UA ¹ Responsável | Campus Colatina | | | | |
| Carga Horária Total ² | 420 | Duração ³ (meses) | 18 | Nº de vagas | 200 |
| Modalidade | <input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância | | | | |
| Polos | O curso será ofertado em 5 polos: Afonso Cláudio, Alegre, Montanha, Nova Venécia e Santa Leopoldina | | | | |
| Outras Instituições participantes | Unac - Universidade Aberta Capixaba | | | | |
| Assessoramento Pedagógico | Marlinda Gomes Ferrari | | | | |
| Período previsto para realização do curso ⁴ | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Oferta Regular – Início em: | | | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Oferta única – Início em: junho/2022 Término em: novembro /2023 | | | | | |
| Coordenador | | | | | |
| Nome | Thereza Christina Ferrari Paiva | | | | |
| E-mail | Thereza.paiva@ifes.edu.br | | Telefone | +55 (27) 9.9987-7616 | |
| Carga horária Ifes | 40h | Carga horária dedicação ao curso | 20h | | |
| Área de formação | Gestão | | | | |
| Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/8420382955347543 | | | | |
| Resumo do Currículo Lattes | | | | | |
| Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1988), graduação em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1990) e mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2000). Atualmente atua como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES Campus Colatina. Tem experiência na área de Administração atuando nos seguintes temas: empresa de pequeno porte, gestão de pessoas, gestão de empresas familiares, atendimento ao cliente e satisfação do cliente. | | | | | |
| Secretaria do Curso | | | | | |
| Servidor responsável pela Secretaria | | Servidor a ser contratado com 20h de trabalho. | | | |
| Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso Av. Arino Gomes Leal, 1700 - Santa Margarida, Colatina - ES, 29700-558. E-mail: gp.ead@ifes.edu.br | | | | | |
| Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria : das 17 horas às 21 horas | | | | | |

¹ UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

² Observar artigo 7º inciso I da Resolução CNE Nº 1/2018; artigo 54 ROD da Pós-graduação

³ Observar artigo 54 §2º e §3º do ROD da Pós-graduação do Ifes

⁴ Para entender sobre oferta única e regular, consultar o ROD da Pós-graduação, artigo 42.

2. Caracterização da proposta

2.1 Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a reoferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Gestão Pública, por meio de parceria junto ao Governo do Estado do Espírito Santo no âmbito da Universidade Aberta Capixaba (Unac), buscando o presente projeto a especialização de profissionais da área pública das esferas municipal, estadual ou federal. O curso de Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância, em todo o território estadual, em polos de apoio presencial, cujo financiamento está a cargo da Unac em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, em 1909, até a transformação em Instituto Federal do Espírito Santo, a instituição é referência em educação na sociedade capixaba.

Resultado da união das unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica e das Escolas Agrotécnicas Federais, em 2008, o Ifes promove educação profissional pública de excelência integrando ensino, pesquisa e extensão para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

O Instituto Federal do Espírito Santo oferece desde cursos técnicos a mestrado e possui aproximadamente 36 (trinta e seis) mil alunos. São cerca de 100 (cem) cursos técnicos, 60 (sessenta) cursos de graduação, 10 (dez) especializações, 11 (onze) mestrados e 1 (um) doutorado profissional.

Com 23 (vinte e três) campi em funcionamento, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, o Ifes se faz presente em todas as microrregiões capixabas. O Instituto possui ainda 49 (quarenta e nove) polos de educação a distância no Espírito Santo.

2.1.1 Breve histórico da EaD no Ifes

No Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005, impulsionou a oferta de cursos de graduação por meio de uma parceria entre governo federal, Ifes e municípios. O Ifes participou, em 2006, do primeiro edital da UAB e teve aprovada a proposta do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Para dar apoio ao desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) no Ifes, nesse mesmo ano, foi criado o Centro de Educação a Distância (Cead). Em 2007, foi lançado o programa Rede e-Tec Brasil, visando à oferta de Educação Profissional e Tecnológica a distância, com o propósito de ampliar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. Nesse programa, o MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos, enquanto aos estados, Distrito Federal e municípios cabe a estruturação dos demais itens para a organização dos cursos.

Em 2009, aconteceu a implantação do curso Técnico em Informática (TI), fomentado pela Rede e-Tec Brasil, e, pela UAB, o curso Licenciatura em Informática (LI), além de uma nova oferta do TADS. Em 2010, aconteceu, com fomento da UAB, a implantação dos cursos de pós-graduação lato sensu em Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Gestão Pública Municipal (GPM) e Informática na Educação (IE). Em 2011, aconteceram novas ofertas dos cursos dos programas e-Tec e UAB e, em 2012, além da abertura de mais vagas para os cursos de pós-graduação e técnico, foi implantada a Licenciatura em Letras/Português. Em 2013, o Ifes promoveu a terceira oferta dos cursos de graduação TADS e LI, além da quarta oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu EJA, EPT e IE. Nesse mesmo ano ocorreu, ainda, a implantação do curso Técnico em Administração.

Em 2014, com o objetivo de fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes e de trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Nesse ano aconteceram as reofertas dos cursos de pós-graduação lato sensu e do Técnico em Administração, além da implantação do curso de Complementação Pedagógica em Letras/Português, Matemática, Física,

Biologia e Química.

Em 2015, o Cefor iniciou a oferta do primeiro curso sem fomento externo dos programas federais, a pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais. Esse foi um importante passo no caminho rumo à institucionalização da EaD no Ifes. Além disso, iniciaram-se quatro cursos técnicos do Profucionário, fomentado pela Rede e-Tec Brasil, cujo objetivo é a formação de profissionais em serviço na Educação Básica Pública.

Em 2016, o Cefor ofertou novamente a pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais e cerca de 25 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Um destaque foram os cursos do programa Profucionário, fomentados pela Rede e-Tec Brasil: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Secretaria Escolar. Além disso, houve um esforço para a institucionalização da EaD, reformulando metodologias, normas institucionais e planejando novas formas de construir a EaD sem fomento, mas mantendo a qualidade que é própria dos cursos do Ifes.

Em 2017, foram abertas novas turmas de cursos com fomento do sistema UAB, a saber: cursos de graduação LI e Letras/Português; Complementação Pedagógica; as pós-graduações EPT e IE, além de novos cursos de pós-graduação lato sensu em Educação: Currículo e Ensino, Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica e Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental. Houve, ainda, a oferta de novo curso de pós-graduação lato sensu institucionalizado (sem fomento): Práticas Pedagógicas para Professores.

Em 2018, foram oferecidos pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles o curso de Educação e Ambiente e o curso Inclusão e Educação Especial, além de 25 Formações Iniciais e Continuadas (FIC), como os cursos Formação de Professores para EaD, Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como apoio ao aprendizado de Matemática. Além disso, nesse ano,

aconteceu a primeira oferta do curso Técnico em Multimeios Didáticos, sem fomento de programas federais. Em 2019, além de nova oferta de cursos FIC, técnico e de pós-graduação institucionalizados, o Ifes foi reconhecido para ofertar EaD com nota 5, a máxima na avaliação.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como pólo presencial. Em 2020, o Ifes oferta quatro cursos de Pós-graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância.

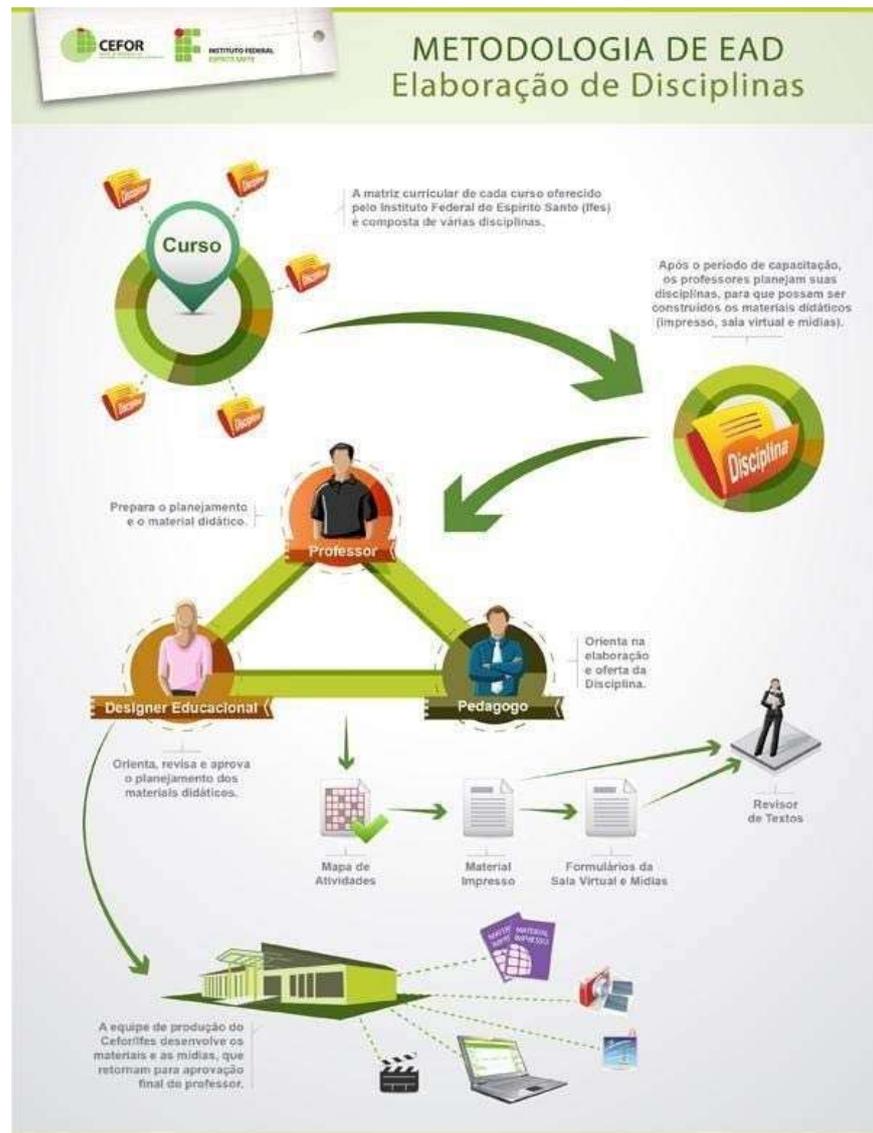
Atualmente, o Ifes conta com cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. A instituição também oferta cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos 100% on-line, no formato MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses). Esses cursos abertos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% do curso; e carga horária máxima de 60 horas.

2.1.2 Viabilidade técnica

Além da oferta própria de cursos, o Cefor atua no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação. Neste sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD, uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Para o desenvolvimento dos cursos a distância, o Cefor desenvolveu uma metodologia para elaboração de cursos nesta modalidade, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1, apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo Ifes.

Figura 1. Metodologia de elaboração de disciplinas EaD



Fonte: Cefor (2019).

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os cursos são elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescriitores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

2.2 Justificativa

A reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, bem como o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrentes da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais, contribuíram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da Instituição. Essa postura faz com que os processos e os

produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFES atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

No âmbito do estado Espírito Santo, a oferta do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Pública , na modalidade à distância, vem atender uma demanda que ultrapassa os limites do nosso Estado, pois é hoje uma demanda a ser atendida em âmbito local e nacional.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No **campo organizacional e de seus recursos**, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na **área de estudos governamentais**, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

Nesse sentido, a implantação do Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão Pública atende, no âmbito do Estado do Espírito Santo, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação,

assim como à função social e às finalidades do IFES.

Nessa perspectiva, o Ifes campus Colatina propõe-se a oferecer o Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão Pública na modalidade a distância, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade da Gestão Pública em nosso Estado, formando o Especialista em Gestão Pública, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

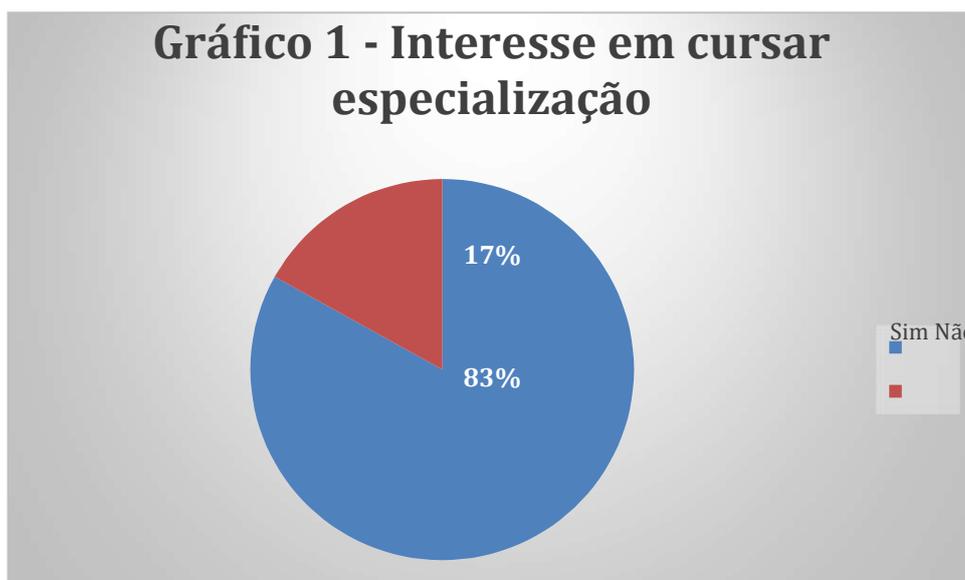
Buscando verificar a demanda, foi realizada uma consulta pública por meio de um formulário eletrônico disponível na Internet entre os dias 27 de outubro e 08 de novembro de 2021, a fim de obter informações acerca da relevância e interesse pela oferta deste curso de especialização. O formulário foi divulgado nos canais de comunicação oficial do Ifes (site, redes sociais, aplicativos de mensagem, etc.).

A consulta contou com 130 participações, sendo a grande maioria moradores da Mesorregião do Noroeste Espírito-Santense (79,23%), seguidos por residentes na Mesorregião Central Espírito-Santense e Mesorregião do Litoral Espírito-Santense com 6,92% cada e de outros estados (3,84%) e, finalmente Mesorregião Central Espírito-Santense (3,07%).

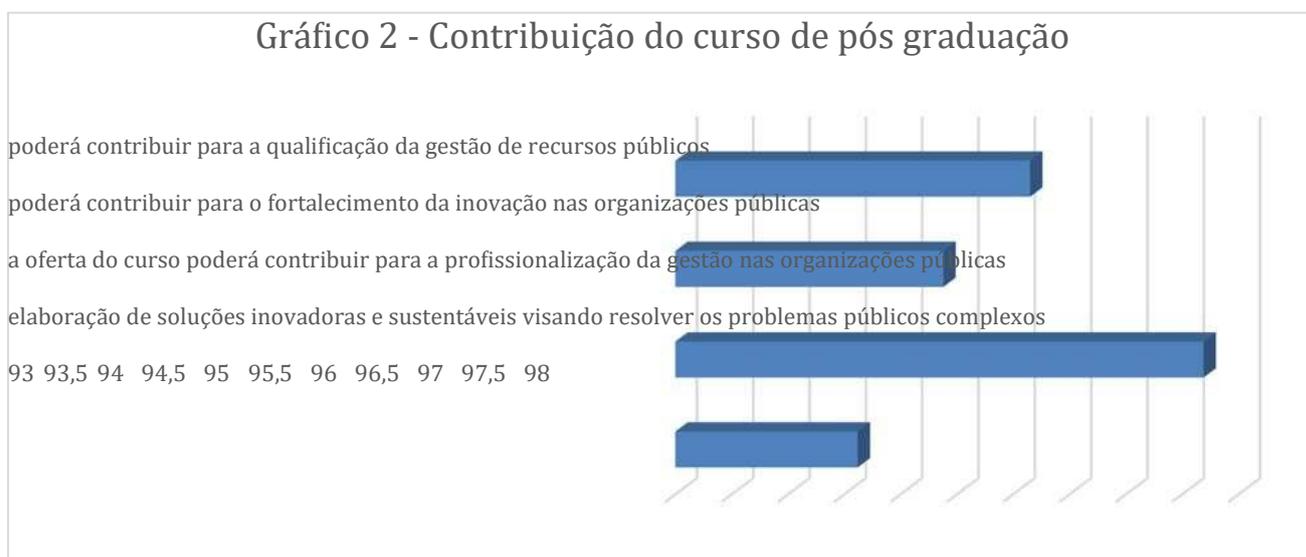
Entre os participantes, 67,69% declararam estarem aptos, desde já, a cursarem a pós-graduação, tendo em vista: possuírem formação completa em nível de pós-graduação (33,85%); incompleta em nível de pós-graduação (8,46%) e superior completo (25,38%). Do total de respondentes, 32,31% declararam não possuírem superior completo, o que não afasta a possibilidade de cursar a pós-graduação, no futuro.

Quando questionados sobre o interesse em cursar uma especialização lato sensu no formato de ensino a distância (EaD), gratuito em Gestão Pública no Ifes campus Colatina, os participantes indicaram uma demanda latente, pois: 83% declararam ter interesse; e apenas 17% não demonstraram interesse.

Conforme mostra o Gráfico 1



Quando questionados sobre a percepção em relação à contribuição do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública para a elaboração de soluções inovadoras e sustentáveis visando resolver os problemas públicos complexos, 94,62% dos respondentes concordaram totalmente. Para os participantes, 97,69% responderam que a oferta do curso poderá contribuir para a profissionalização da gestão nas organizações públicas; 95,38% acreditam que poderá contribuir para o fortalecimento da inovação nas organizações públicas e 96,15% responderam que poderá contribuir para a qualificação da gestão de recursos públicos, conforme aponta o Gráfico 2



2.3 Objetivo Geral

Qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício da área pública capacitados para atividades de planejamento e de gestão de programas e projetos públicos de forma mais ágil e sob uma perspectiva de ganhos em termos econômicos e de resultados obtidos, com temas vinculados à estratégia e à gestão pública moderna, com ênfase nos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional, resultados e transparência.

2.4 Objetivos específicos

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica na gestão pública, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo, de suas unidades produtivas e das demandas sociais;
- Capacitar gestores para atuação na administração de organizações públicas, e
- Qualificar profissionais para resoluções de problemas nas organizações públicas.

2.5 Público-alvo

Indicado aos profissionais portadores de curso superior em quaisquer áreas do saber.

2.6 Perfil do Egresso

O perfil profissional desejado para os egressos do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública está centrado na ênfase da compreensão crítica das situações do mundo contemporâneo e na habilidade de elaborar estratégias para minimizar os desafios sociais, econômicos, ambientais e de outras naturezas que se apresentam, pautados por valores de autonomia, iniciativa, criatividade e responsabilidade.

2.7 Infraestrutura

O curso será ofertado por meio da parceria do Campus Colatina com o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, unidade acadêmica do Ifes, e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br) .

2.7.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso na modalidade a distância e realizado em parceria entre duas unidades acadêmicas, destacamos a infra-estrutura das mesmas quanto à estrutura física e digital.

Quanto à infraestrutura física, o Ifes campus Colatina, localizado no bairro Santa Margarida, município de Colatina/ES, busca ainda atender o público alvo da educação especial em suas necessidades, detectando e realizando as adequações necessárias. Algumas ações já foram concretizadas como a criação de vagas de estacionamento específicas para pessoas com deficiência, passarela de acesso do estacionamento ao hall de entrada, adequação de banheiros, rampas de acesso em salas para eliminar degraus, adequação de corrimãos nas escadas, rampa acessível ao auditório, instalação e adequação de corrimão e guarda-corpo em todo o campus, melhoria da iluminação no acesso à escola e às dependências para alunos e visitantes com baixa visão, adequação do espaço físico para a prática de esportes como a construção de passarelas acessíveis às quadras, mobiliários para alunos de baixa visão,

instalação da plataforma elevatória, construção da rampa de acesso para cadeirantes na recepção e contratação do projeto completo de acessibilidade do campus. Para o curso será disponibilizado a sala de EaD para a coordenação do curso, o assessoramento pedagógico e o assistente em Secretário Escolar (registro acadêmico).

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a Plataforma Digital Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação, que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem também tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, o Cefor ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso. O campus Colatina será o responsável pela gestão acadêmica do curso e os professores de cada disciplina ficarão responsáveis pelo planejamento e produção de materiais digitais, sob a supervisão da Pedagoga/Designer Educacional, da professora bolsista de AEE e da Coordenação do Curso.

2.7.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial estão localizados em Afonso Cláudio, Alegre, Montanha, Nova Venécia e Santa Leopoldina sendo que cada polo receberá 40

vagas totalizando as 200 vagas ofertadas. Cada polo deverá cumprir os requisitos básicos para a oferta de EaD, conforme normas do sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES). O apoio do polo presencial ocorre, entre outros, por meio de realização dos encontros presenciais previstos no curso. Cada disciplina terá 2 (dois) encontros presenciais. Para os encontros presenciais estão previstos as atividades avaliativas que serão organizadas pelo professor formador e implementadas com auxílio do professor mediador presencial. Cada polo deve ter condições de acomodar a turma de 40 alunos para as atividades presenciais, disponibilizando computadores e acesso à internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

2.7.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância do Ifes. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Em relação ao acesso à biblioteca, o curso por meio do AVA Moodle conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais (Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca), que permitem o acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet. Os acervos físico e virtual podem ser acessados no link da biblioteca, no site do Campus Colatina com login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora dos limites da instituição. Tanto o acervo físico quanto o virtual possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda dos estudantes do campus.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI/Ifes), regulamentado pelo Conselho Superior, por meio da aprovação das Resoluções nº 22 e 23, de 07 de agosto de 2017. O Repositório Institucional do Ifes (<https://repositorio.ifes.edu.br/>) é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

2.8 Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

O fomento do curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública será realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, no âmbito do Sistema Universidade Estadual do Espírito Santo (UniversidadES), por meio do Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC) em parceria com o Ifes por meio do edital UniversidadES - Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC) do Sistema UniversidadES – Resolução CCAF nº 299/2021.

2.9 Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

O orçamento e o respectivo cronograma de desembolso se encontram descritos nas planilhas financeiras encaminhadas para aprovação junto à UnAC-Ifes.

CURSO PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA

| | |
|---------------------------------|--------------|
| Carga Horária | 420 |
| Polos | 5 |
| Qtd horas | 15 |
| Valor da Bolsa BPIG – IV | R\$ 1.500,00 |
| Vagas | 200 |
| Duração em meses | 18 |

| SEMESTRE | DISCIPLINA | CH | Professor Formador | Professor Mediador |
|------------------------|---|-----|--------------------|--------------------|
| 2022/1 | Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem | 30 | 4 | 10 |
| 2022/1 | Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil | 45 | 5 | 15 |
| 2022/1 | Cultura e Mudança Organizacional | 45 | 5 | 15 |
| 2022/2 | Política Pública e Planejamento Governamental | 45 | 5 | 15 |
| 2022/2 | Metodologia da Pesquisa | 45 | 5 | 15 |
| 2022/2 | Políticas Públicas e Indicadores de Gestão | 45 | 5 | 15 |
| 2022/2 | Administração Pública | 45 | 5 | 15 |
| 2023/1 | Plano Plurianual e Orçamento Governamental | 45 | 5 | 15 |
| 2023/1 | Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes | 45 | 5 | 15 |
| CH TOTAL | | 390 | 44 | 130 |
| TOTAL DE BOLSAS | | | 174 | |
| TOTAL EM REAIS | | | R\$ 261.000,00 | |

| SEMESTRE | DISCIPLINA | CH | Professor Orientador |
|------------------------|-------------------------------|----|----------------------|
| 2023/1 | Trabalho Final de Curso - TFC | 30 | 40 |
| TOTAL DE BOLSAS | | | 40 |
| TOTAL EM REAIS | | | R\$ 60.000,00 |

| FUNÇÃO | PARÂMETRO | Nº DE BOLSAS |
|---------------------------------|---|--------------|
| Coordenador de Curso | 1 por mês + 3 meses antes de iniciar + 3 meses após finalizar | 24 |
| Pedagogo / Designer Educacional | 1 por mês durante o curso | 18 |

| | | |
|-------------------------------------|---|-----------------------|
| Secretário Acadêmico de Curso (20h) | 1 por mês + 1 mês antes de iniciar + 2 meses após finalizar | 21 |
| Mediadores Presenciais Pós 1 | 1 bolsa de mediador presencial por polo durante o curso | 90 |
| TOTAL DE BOLSAS BPIG III | | R\$ 48.000,00 |
| TOTAL DE BOLSAS BPIG IV | | R\$ 193.500,00 |
| TOTAL EM REAIS | | R\$ 241.500,00 |
| Total | | R\$ 562.500,00 |
| Custo mensal aluno | | R\$ 234,38 |

2.10 Ações Afirmativas

Os cursos de pós-graduação, em consonância com as legislações de Ações Afirmativas, deverão contar com a reserva de vagas para inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência. Atualmente, a política de ações afirmativas do Ifes para os Cursos de Pós-Graduação está pautada na Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 10 de 27 de março de 2017. Ficará reservado o mínimo de 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas. Os candidatos autodeclarados poderão concorrer às vagas reservadas e às destinadas à ampla concorrência, conforme estabelecido na legislação vigente. Também serão destinadas 5% das vagas para candidatos com deficiência, os quais também concorrerão às vagas destinadas e de ampla concorrência. Caberá à equipe gestora e a pedagoga/designer educacional do curso trabalhar em conjunto com a Comissão Permanente de Ações Afirmativas na pós-graduação (CPAA) realizando o devido acompanhamento aos estudantes, estabelecendo estratégias que visem a permanência qualificada dos estudantes no curso.

O atendimento aos estudantes com necessidades específicas seguirá as diretrizes contidas na Resolução CS nº 34/2017-Ifes, que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, os documentos norteadores emitidos pelo FONAPNE, a Resolução CS nº 55/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas, a IN Napne/Proen nº

01/2020, que normatiza e orienta sobre os princípios e os procedimentos operacionais de acessibilidade para elaboração de materiais e tarefas didático-pedagógicas na Educação a Distância, nas atividades pedagógicas não presenciais e no ensino híbrido para discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Ifes e/ou outras legislações que venham a substituí-las.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), acompanhará os alunos com necessidades específicas matriculados no curso; atuará em parceria com os professores especialistas, coordenador do curso e pedagogo/designer educacional para prover condições de acesso, participação e aprendizagem a estes alunos; contribuirá na escolha e desenvolvimento dos recursos didáticos e pedagógicos para que sejam acessíveis a todos os participantes do curso. Elaborará e executará o Plano de Ensino Individualizado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, conforme explicitado na IN Napne/Proen nº 01/2020.

3 Corpo Docente e Técnico do Curso

As equipes dos cursos são compostas por profissionais que executam as seguintes funções:

a) Coordenador do Curso:

- I. Gerenciar a implantação e a execução do Curso, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso;
- II. acompanhar os processos seletivos de contratação de equipe multidisciplinar que atuará no curso;
- III. acompanhar, junto ao designer educacional do Curso, a elaboração do material educacional a fim de garantir que este se inter-relacione com os demais trabalhos produzidos, garantindo dessa forma a interdisciplinaridade;
- IV. participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, bem como

- o sistema de avaliação do aluno;
- V. realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de capacitação dos profissionais envolvidos no Curso;
 - VI. definir, junto com o apoio pedagógico ou representante da área pedagógica, o calendário do Curso;
 - VII. aplicar os princípios da organização didática e demais regulamentos e normas da instituição;
 - VIII. ter disponibilidade para atendimento às demandas diárias de professores relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem;
 - IX. incentivar a equipe do Curso para o desenvolvimento de pesquisas e projetos;
 - X. Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no Curso;
 - XI. elaborar relatório estatístico de atividades do Curso, de acordo com a periodicidade da instituição;
 - XII. encaminhar e acompanhar a avaliação do Curso;
 - XIII. presidir o Colegiado do Curso;
 - XIV. analisar e pronunciar-se nos processos de transferência de polo e aproveitamento de componentes curriculares a serem levados ao Colegiado;
 - XV. validar a assiduidade e o desenvolvimento das atividades dos bolsistas lotados na Coordenadoria do Curso; e
 - XVI. agendar visitas, preferencialmente virtuais, quando necessário, nos polos.
 - XVII. representar o curso em eventos, quando solicitados.

b) Orientador de Trabalho Final de Curso – TFC

- I. elaborar o plano de orientação, conforme o projeto de Curso, considerando o tempo disponível para a realização do Projeto de Intervenção;
- II. definir, junto ao aluno ou à dupla, o tema preliminar do Projeto de Intervenção e a metodologia a ser utilizada;
- III. organizar, juntamente ao aluno ou à dupla, um cronograma de desenvolvimento da Projeto de Intervenção;
- IV. acompanhar ativamente o desenvolvimento do cronograma de trabalho elaborado junto com o estudante ou a dupla;
- V. reunir-se com o aluno ou a dupla em orientação, de acordo com o cronograma estabelecido;

- VI. orientar o aluno ou a dupla com relação aos processos e normas acadêmicas em vigor;
- VII. orientar o aluno ou a dupla na elaboração do plano de trabalho que dará origem ao TFC e, também, no decorrer do Curso;
- VIII. compor a banca de avaliação do TFC, que poderá ser substituída por um seminário, e responsabilizar-se pela ata;
- IX. definir, ao final do processo de elaboração, se o TFC está em condições de ser apresentado, por meio do parecer emitido à Coordenação do Curso;
- X. verificar, após a defesa, se o aluno ou dupla realizou as alterações sugeridas pela banca, em caso de aprovação com ressalvas;
- XI. a troca da orientação do TFC poderá ser feita a critério do colegiado do curso ou mediante justificativa, por parte do aluno ou dupla, e aprovada pelo colegiado.

c) Secretário Acadêmico:

- I. auxiliar o coordenador nas ações que viabilizem o melhor funcionamento do curso;
- II. secretariar as reuniões lavrando e arquivando as atas;
- III. organizar a documentação geral do curso;
- IV. outras atividades da mesma natureza, inerentes ao cargo ocupado.

d) Pedagogo/Designer Educacional

- I. Participar da concepção, elaboração e alteração do projeto do curso de acordo com as diretrizes do CEFOR;
- II. conhecer e trabalhar na perspectiva do projeto pedagógico do curso e outros aspectos significativos da organização curricular do Curso;
- III. apoiar o coordenador de curso nas discussões e a elaboração dos documentos necessários à implantação e desenvolvimento dos cursos;
- IV. auxiliar na criação de metodologias que promovam o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as peculiaridades do curso, embasado em discussões mediadas pela Gerência de Ensino do CEFOR;
- V. assessorar o professor formador no planejamento e organização das

- atividades de sua disciplina, avaliando o planejamento integrado de forma a garantir harmonia de conteúdos e atividades nas disciplinas concomitantes, com o acompanhamento do designer instrucional do curso;
- VI. auxiliar na elaboração do Manual do aluno, impresso ou em formato digital, contendo orientações gerais que garantam a adaptação e realização das atividades acadêmicas em conjunto com o professor responsável e com o acompanhamento do coordenador do curso;
- VII. avaliar o processo de aprendizagem dos alunos com o coordenador de curso;
- VIII. contribuir com Gerência de Ensino do CEFOR na elaboração dos formulários de avaliação dos profissionais envolvidos diretamente com os alunos;
- IX. acompanhar e analisar o processo de avaliação dos profissionais envolvidos diretamente com os alunos, com o coordenador de curso;
- X. desenvolver relatório semestral de desempenho acadêmico dos alunos visando a gestão do curso em conjunto com o coordenador de curso e professor formador;
- XI. auxiliar os professores formadores e professores mediadores em ações que possibilitem melhor atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- XII. registrar sistematicamente e divulgar experiências do cotidiano pedagógico do curso para Gerência de Ensino do CEFOR, coordenador de curso e professores formadores;
- XIII. interagir com o coordenador de curso e professores formadores para identificar dificuldades no que se refere ao curso e propor melhorias;
- XIV. participar da avaliação do curso;
- XV. participar de reuniões proporcionadas pela coordenação do curso;
- XVI. estar atento às inovações tecnológicas e buscar sua autossuperação;
- XVII. auxiliar a coordenação do curso e CEFOR na seleção de professores mediadores e mediadores presenciais;
- XVIII. colaborar com a Gerência de Ensino do CEFOR na execução dos projetos de capacitação dos profissionais envolvidos nos cursos de EaD;
- XIX. outras atividades da mesma natureza, inerentes ao cargo ocupado.
- XX. conhecer o projeto pedagógico do curso e outros aspectos significativos da organização do Curso;
- XXI. trabalhar na perspectiva da Concepção do Curso e de seu Projeto

Pedagógico;

- XXII.apoiar os professores formadores no planejamento da disciplina a distância e na produção do material didático;
- XXIII. garantir que o material didático tenha uma interface de comunicação adequada ao projeto pedagógico do curso;
- XXIV. assegurar a utilização das tecnologias interativas atualizadas;
- XXV.apoiar a definição de instrumentos de acompanhamento e avaliação da aprendizagem junto aos professores formadores;
- XXVI.orientar a diversificação das mídias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem;
- XXVII.incentivar os professores formadores a pesquisa constante sobre colaboração e cooperação através da Internet;
- XXVIII.colaborar na elaboração do Manual do Aluno com o pedagogo e coordenador do curso;
- XXIX.elaborar um guia de orientação de produção de material para os professores formadores;
- XXX. gerenciar a equipe de produção de material didático;
- XXXI.envolver-se no projeto de capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- XXXII. outras atividades da mesma natureza, inerentes ao cargo ocupado.

e) Mediadores Presenciais

- I.responsáveis por organizar junto aos polos parceiros o ambiente/laboratório apropriado para os momentos presenciais e para ser utilizado pelos alunos quando tiverem necessidade de realização de suas atividades acadêmicas presenciais.
- II.ser referência local para atender os alunos de maneira operacional de modo que eles se interessem e sejam ativos no processo de desenvolvimento de sua aprendizagem.

f) Professores Formadores

- I.planejar e elaborar os conteúdos das disciplinas e das atividades, tanto disponíveis no ambiente Moodle como as presenciais;
- II. coordenar os professores mediadores ligados às suas disciplinas.

g) Professores Mediadores

I. Mediar as atividades entre o Professor Formador e os alunos;

II. acompanhar todas as atividades dos discentes desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

III. interagir com os estudantes, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades realizadas.

IV. atuar em momentos síncronos e assíncronos, além de momentos presenciais no polo quando necessário.

V. atuar em conjunto com os Mediadores Presenciais para as atividades acadêmicas presenciais.

3.1 Corpo Docente

| Nome do Professor Formador | Titulação máxima | Link do currículo Lattes |
|-----------------------------------|-------------------------|---|
| Cláudia Guio Bragato | Mestre | http://lattes.cnpq.br/0752796147890432 |
| Danielle Braun Calavotte Cozer | Mestre | http://lattes.cnpq.br/7074625825469227 |
| Izabel Maria Laeber | Mestre | http://lattes.cnpq.br/5513973845889489 |
| Mauricéia Soares Pratisolli Guzzo | Mestre | http://lattes.cnpq.br/2938766846247099 |
| Pablo Silva Lira | Doutor | http://lattes.cnpq.br/1429716140765041 |
| Sandra Mara Magevski | Especialista | http://lattes.cnpq.br/4033260181244990 |
| Thiago Chieppe Saquetto | Doutor | http://lattes.cnpq.br/4442796313166334 |
| Wasley Antonio Ronchetti | Mestre | http://lattes.cnpq.br/5321391774112415 |

| | | | |
|------|----------------------|---------------------------------|----------|
| Nome | Cláudia Guio Bragato | Titulação Máxima ^[1] | Mestrado |
|------|----------------------|---------------------------------|----------|

| | | | | |
|---|----------------------|--------------------------|---|-----------------|
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes campus Colatina | | Cargo | Professora EBTT |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | DE | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/0752796147890432 | |
| <u>Resumo do Currículo Lattes</u> | | | | |
| <p>Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002), especialização em Administração e em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar pela Faculdade Castelo Branco, e Complementação Pedagógica-Licenciatura Plena pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2011), Atualmente é Coordenadora do núcleo incubador do campus Colatina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e professora de curso técnico, superior e pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Geral da Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia, empreendedorismo, políticas públicas, estratégia e administração.</p> | | | | |

| | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------|---|-----------------|
| Nome | Danielle Braun Calavotte Cozer | | Titulação Máxima ^[1] | Mestrado |
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes campus Colatina | | Cargo | Professora EBTT |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | DE | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/7074625825469227 | |
| <u>Resumo do Currículo Lattes</u> | | | | |
| <p>Mestre em Políticas Públicas e Processo, pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), Faculdade de Direito de Campos. Especialista em Direito Civil pelo Centro Universitário do Espírito Santo-UNESC. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio (2014). Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo (2003). cursando Complementação Pedagógica em Filosofia na Universidade Paulista (2017-2020). Foi Advogada e Professora de Direito Constitucional, Direitos Reais e Direito das Sucessões no Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC. Foi Advogada e Professora de Direito: Licitações e Contratos no Instituto Federal do Espírito Santo em Barra de São Francisco. Atualmente é professora de Direito, Filosofia e Sociologia, no Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina, para o ensino Médio, Técnico, Graduação, e Pós-Graduação.</p> | | | | |

| | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|--|-------------------------------|----------------|
| Nome | Izabel Maria Laeber | | Titulação Máxima [†] | Mestrado |
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes campus Colatina | | Cargo | Professor EBTT |
| Regime de Trabalho | DE | | Carga Horária dedicação ao | 45 h |

| | | | |
|---|-------|-----------------------------------|---|
| 20h, 40h, DE, Não se aplica | | curso | |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/5513973845889489 |

Resumo do Currículo Lattes

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1989), graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade de Uberaba (2009), graduação em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1987) e mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças (2015). Atualmente é professora de ensino médio, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, professor especialista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

| | | | | |
|--|-----------------------------------|--------------------------|---|-----------------|
| Nome | Mauricéia Soares Pratisolli Guzzo | | Titulação Máxima[1] | Mestrado |
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes campus Colatina | | Cargo | Professora EBTT |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | DE | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/5131067534396263 | |

Resumo do Currículo Lattes

Administradora. Doutoranda em Cognição e Linguagem, pela UENF. Mestre em Administração de Empresas pela FUCEPE. Especialista nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica/Ifes, Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde/UFES e Auditoria em Saúde/FAESA. Docente do Ifes campus Colatina, atuando como docente nos cursos técnico, superior e pós-graduação. Tem experiência na área de Administração com ênfase em Política e Planejamento Governamentais, Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional, Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, e na área de Educação com ênfase em Educação Profissional e Tecnológica, em Educação a Distância e em Educação Permanente na Saúde.

| | | | | |
|--|------------------|--------------------------|---|-----------|
| Nome | Pablo Silva Lira | | Titulação Máxima[1] | Doutorado |
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | ESESP | | Cargo | Professor |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | Eventual | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/1429716140765041 | |

Resumo do Currículo Lattes

Possui doutorado no Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (2019); mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009); especialização em Conservação e Manejo da Diversidade Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008); aperfeiçoamento em Planejamento Urbano pela Université de Cergy-Pontoise (2003); graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006); graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005). Atualmente é servidor público da carreira de Especialista em estudos e pesquisas governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); Coordenador do Núcleo Vitória do INCT Observatório das Metrôpoles (UFRJ/IPPUR); Professor do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Vila Velha (UVV); Professor da Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Administração e Pedagogia da Universidade Vila Velha (UVV); Professor de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade Vila Velha (UVV) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); Professor Convidado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos cursos de Segurança Cidadã; Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Membro revisor da Geografães: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia da UFES; da Revista Cadernos Metrôpole: periódico do INCT Observatório das Metrôpoles; e da Revista Mercator: Revista do Departamento de Geografia e Programas de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

| Nome | Sandra Mara Magevski | | Titulação Máxima[1] | Especialista |
|---|-------------------------------|--------------------------|---|--|
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Secretaria de Estado da Saúde | | Cargo | Chefe do Núcleo Especial de Desenvolvimento de Planejamento e Orçamento em Saúde |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | Subsídio | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/4403199428657031 | |
| <u>Resumo do Currículo Lattes</u> | | | | |
| Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo(1990), especialização em Gestão das Finanças Públicas pelo Fundação de Assistência e Educação(2005) e especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública(1992). Atualmente é Gerente de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública. | | | | |

| Nome | Thiago Chieppe Saquetto | | Titulação Máxima[| Doutorado |
|---------------------------------------|-------------------------|--|----------------------------------|----------------|
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes/ Campus Colatina | | Cargo | Professor EBTT |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não | DE | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |

| | | | |
|---|-------|--------------------------|---|
| se aplica | | | |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/4442796313166334 |
| <u>Resumo do Currículo Lattes</u> | | | |
| <p>Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, campus Colatina (2009). Doutorado no Instituto COPPEAD de Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2019), e pesquisador do Centro de Estudos em Gestão de Serviços de Saúde - CESS/COPPEAD/UFRJ. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2012) e Bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2008). Dentre as linhas de pesquisa e interesse desenvolvidas, destacam-se: Mensuração do Desempenho Organizacional e Análise da Eficiência Econômica; Gestão em Serviços; Gestão da Qualidade; Inovação em Serviços; Design Thinking; e Gestão de Processos (abordagem Lean). Atualmente, é pós-graduando no curso de Práticas Pedagógicas para Professores do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES.</p> | | | |

| | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|---|-----------------------------|
| Nome | Wasley Antonio Ronchetti | | Titulação Máxima | mestrado |
| UA (Lotação) ou Instituição de Origem | Ifes / Campus Colatina | | Cargo | Assistente de Administração |
| Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica | 40h | | Carga Horária dedicação ao curso | 45h |
| Situação Ativo, aposentado, licenciado | Ativo | Link do Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/3352793186650312 | |
| <u>Resumo do Currículo Lattes</u> | | | | |
| <p>Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Possui Licenciatura Plena em Matemática (2009) pela Universidade de Uberaba - UNIUBE e Licenciatura em Física (2012) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. É especialista em Psicopedagogia (2009) e Alfabetização (2009) pela Fundação Educacional Presidente Castelo Branco - FUNCAB. Atualmente trabalha como Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Colatina. Experiência como professor de Matemática pela Rede Municipal de Colatina e pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, experiência como professor de Física na Educação de Jovens e Adultos. Foi Tutor a distancia das disciplinas de Matemática I, Matemática II e Probabilidade e Estatística, do curso de Licenciatura em Informática, do Ifes/Campus Cachoeiro. Atuou como professor no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ? PRONATEC, no Ifes/Campus Colatina.</p> | | | | |

Os Professores Mediadores, o Mediador presencial e os Professores Orientadores do Trabalho Final de Curso (TFC) serão selecionados por edital público.

3.2. Corpo Técnico do Curso

O corpo técnico do curso será formado por Coordenador de curso, Pedagogo/Designer Educacional, Secretário de Curso, Professores Mediadores, Mediadores Presenciais e Orientadores de TFC. O coordenador do curso será indicado pelo Diretor Geral do campus de oferta do curso. O Pedagogo/Designer Educacional e o Secretário do Curso, serão selecionados pelo Coordenador do Curso. Os Professores Mediadores, Mediadores Presenciais e Orientadores de TFC serão selecionados conforme planejamento da UnAC-Ifes.

4 Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

4.1 Componentes Curriculares

| Semestre/ Módulo | Descrição dos Componentes Curriculares | Professores(as) Formadores Responsáveis | Obrigatória ou Optativa/ Presencial ou a Distância | Carga Horária |
|---------------------|---|---|---|------------------|
| | Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem | Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo | Obrigatória/Ea D | 30 |
| | Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil | Pablo Silva Lira | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Cultura e Mudança Organizacion al | Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Política Pública e Planejamento Governamental | Izabel Maria Laeber | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Metodologi a da Pesquisa | Thiago Chieppe Saquette | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Políticas Públicas e Indicadores de Gestão | Cláudia Guio Bragato | Obrigatória/Ea D | 45 |

| | | | | |
|---|--|-----------------------------------|------------------|------------|
| | Administração Pública | Danielle Braun Calavotte Cozer | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Plano Plurianual e Orçamento Governamental | Sandra Mara Magevsky | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes | Wasley Antonio Ronchetti | Obrigatória/Ea D | 45 |
| | Trabalho Final de Curso - TFC | * Professores orientadores | Obrigatória/Ea D | 30 |
| Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho Final de Curso | | | | 420 |
| Total de Carga Horária de Disciplinas(s) Optativas(s) a ser cumprida | | | | 0 |
| Carga Horária Total do Curso | | | | 420 |

4.2 Ementário

| | |
|--|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: <u>Educação a Distância e Ambientes Virtuais de Aprendizagem</u> | |
| Carga Horária: 30h | Obrigatória |
| Objetivos | |
| <ul style="list-style-type: none"> -Conhecer o ambiente virtual Moodle e os recursos que serão utilizados na plataforma. -Demonstrar iniciativa e autonomia no uso das tecnologias. -Organizar seus estudos para a modalidade. -Conhecer os fundamentos da EaD. | |
| Ementa | |
| <p>Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e Moodle. Pressupostos teóricos básicos na EaD. Breve histórico da EaD. Programas de fomento para EaD. Metodologia de EaD do Ifes: tutores, professores e alunos na modalidade a distância. Organização de estudos para a modalidade a distância.</p> | |
| Conteúdo | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. CONCEPÇÕES E LEGISLAÇÃO EM EAD. 2. AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM E MOODLE. 3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BÁSICOS NA EAD. 4. BREVE HISTÓRICO DA EAD. PROGRAMAS DE FOMENTO PARA EAD. 5. METODOLOGIA DE EAD DO IFES: tutores, professores e alunos na modalidade a distância. 6. ORGANIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA. | |
| Metodologia e Recursos Utilizados | |
| <p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os principais interlocutores desse processo formativo serão o professor e os tutores responsáveis pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta</p> | |

de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos.

As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

Materiais disponíveis na sala da disciplina no Moodle.

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

LITTO, M. F.; FORMIGA, M. **Educação a distância: estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. v.1

MESQUITA, Deleni; PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente virtual de aprendizagem: conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOODLE.ORG. Disponível em: https://moodle.org/?lang=pt_br. Acesso em: 26 out. 2018.

Bibliografia Complementar

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refeed1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à educação a distância**. São

Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MAIA, C. S. R.; MATTAR, J. **ABC da EAD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. v. 1.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 398 p.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: sistemas de aprendizagem on-line. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 433 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. **Educação a distância no Brasil**: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 2018. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

| | |
|--|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: <u>Estado, Sociedade e Administração Pública no Brasil</u> | |
| Carga Horária: 45h | Obrigatória |
| Objetivos | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as relações entre estado, governo e sua evolução histórica até a atualidade. - Estudar formas de organização dos modelos da administração pública brasileira, gestão da informação e estatística socioeconômica. - Discutir a repercussão da tomada de decisão pautada em informações e estatísticas socioeconômicas na era da Tecnologia da Informação (TI) e da sociedade informacional. - Analisar os principais sistemas de informação de apoio à decisão na administração pública contemporânea, balizada pelo planejamento estratégico, gestão da informação, conhecimento e tecnologia, monitoramento e avaliação de políticas públicas. | |
| Ementa | |
| Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea. Federalismo. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República. Autoritarismo e redemocratização. Capitalismo contemporâneo. Globalização e neoliberalismo. | |
| Conteúdo | |
| <p>1.RELAÇÕES ENTRE ESTADO, GOVERNO E MERCADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: Perspectivas e contextos socioeconômicos. Conceitos de sociedade, Estado e administração pública. Estrutura administrativa. Modelos de administração pública. Políticas públicas. Exemplos de projetos, programas e políticas públicas nas áreas social, educação, segurança pública, saúde, mobilidade urbana, dentre outras. Gestão orientada por resultados. Sistemas de informação e transparência na elaboração, aprimoramento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.</p> <p>2.FEDERALISMO.</p> <p>3.CENTRALIZAÇÃO, AUTORITARISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NO PERÍODO VARGAS:</p> <p>4.DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SOB A SEGUNDA REPÚBLICA.</p> <p>5.AUTORITARISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO.</p> <p>6.CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.</p> <p>7.GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais.</p> | |
| Metodologia e Recursos Utilizados | |
| A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA previstos no calendário acadêmico. | |
| Avaliação da Aprendizagem | |
| A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de | |

aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LIRA, Pablo. **Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória-ES**. 2007. 124 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES, 2007.

MARRÓDAN, Carlos Losada. **De burocratas a gerentes?: as ciências da gestão aplicadas na administração do Estado**. Vitória: ESESP, 2009.*****

MARTINS, Humberto. MARINI, Caio. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Brasília: Publix Editora, 2010.

REZENDE, Denis A. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais: o papel estratégico da informação e dos Sistemas de Informação**

nas empresas. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERQUEIRA, Daniel. **Causas e consequências do crime no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2010.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIRA, Pablo. **Geografia do crime e Arquitetura do medo: Uma análise da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas.** Vitória, ES: GSA, 2014.

LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson; MONTEIRO, Latussa (editores). **Vitória: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp. 67-117.

_____. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Nome Componente ou Disciplina: **Cultura e Mudança Organizacional**

Carga Horária:45h

Obrigatória

Objetivos

- Compreender o comportamento individual e em grupo no contexto organizacional público.
- Compreender o poder e a liderança como elementos importantes da dinâmica institucional pública.
- Conhecer as dimensões da cultura organizacional.
- Compreender a relação entre cultura organizacional e gestão pública.
- Conhecer o processo de mudança organizacional.

Ementa

Comportamento Organizacional: o indivíduo e o grupo. Poder e Liderança nas Organizações. Cultura Organizacional. Processo de Mudança Organizacional.

Conteúdo

1. COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: o indivíduo e o grupo no contexto organizacional público.
2. AS RELAÇÕES DE PODER NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
3. A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA PARA A GESTÃO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
4. AS DIMENSÕES DA CULTURA ORGANIZACIONAL E SEU IMPACTO NA GESTÃO PÚBLICA
5. PROCESSO DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL E SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de

Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SCHEIN, E. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

Nome Componente ou Disciplina: **Política Pública e Planejamento Governamental**

Carga Horária:45h

Obrigatória

Objetivos

- Compreender o contexto sociopolítico onde o Planejamento Governamental está inserido para a compreensão de elaboração de políticas públicas para realização do planejamento governamental.
- Desenvolver habilidades de participação em trabalhos em grupos; técnicas de apresentações; elaboração de pesquisas e diagnósticos, redação científica e utilização de plataforma *Moodle*.
- Discutir sobre os impactos das relações entre Política e Economia;
- Entender o contexto sociopolítico da Administração Pública;
- Discutir sobre o papel da inovação na Gestão Pública;
- Discutir sobre a formação do Gestor Público e as diferenças com o Administrador de Empresas;
- Apresentar o Histórico do Planejamento, conceitos de “Estado Herdado” x “Estado Necessário”, Políticas Públicas e Políticas Sociais;
- Conhecer e discutir contextualizando os tipos de Planejamento Estratégico;
- Conhecer as estratégias do Planejamento Estratégico Situacional;
- Conhecer, revisar e contextualizar as estratégias de Planejamento Governamental (Ciclo Orçamentário, PPA, LDO e LOA);

- Conhecer e aplicar a Metodologia de Diagnósticos de Situações;
- Elaborar Plano de Ações com diagnósticos e propostas de intervenção em PPPG;
- Discutir sobre Abordagens Críticas do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.

Ementa

Conceitos de políticas públicas. Tipos de políticas públicas e seus atores. Processo de elaboração de políticas públicas. Tipos de Planejamento Estratégico. Planejamento governamental. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.

Conteúdo

1. CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS ATORES. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

2. TIPOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL. ABORDAGEM CRÍTICA DO MODELO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.

BIDERMAN, C. **Políticas públicas locais no Brasil**. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.) **Políticas públicas no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

ARAUJO JUNIOR, A. F.; GOMES, F. A. R.; SALVATO, M. A.; SHIKIDA, C. D. “Dê-me segurança ou lhe dou um não”: em busca do eleitor mediano no referendo das armas. **Revista Brasileira de Economia**, v.61, n.4, p.429-447, Out./Dez., 2007. F

ERRAZ, C.; FINAN, F. Electoral accountability and corrupon: evidence from the audits of local governments. **American Economic Review**, v.101, n.4, p. 1274-1311, June, 2011.

GOMES, G. M.; MacDowell, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. Texto para Discussão do IPEA, nº706, Brasília, fev., 2000.

HIROMOTO, M. H. Análise do efeito do gasto social dos governos federal, estadual e municipal sobre a pobreza no Brasil – 1988 a 2010. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.48, n.1, abr., 2018.

| | |
|--|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: Metodologia de Pesquisa | |
| Carga Horária: 45h | Obrigatória |
| Objetivo | |
| Compreender o universo da pesquisa e a elaboração de textos acadêmicos. | |
| Ementa | |
| O conhecimento científico. Pesquisa científica. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Ética na pesquisa. Projeto de Intervenção. | |
| Conteúdo | |
| <p>1. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: O Estado, a academia e as organizações; O ensino, a pesquisa e a extensão; As formas principais de conhecimento; A evolução do pensamento científico; A ciência moderna e o método científico.</p> <p>2. PESQUISA CIENTÍFICA: A caracterização da pesquisa científica. Tipologias - classificação da pesquisa quanto à sua natureza, fins e meios de investigação. Técnicas de coleta e tratamento de dados.</p> <p>3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS.: delimitação do tema de pesquisa; do objeto de pesquisa; e, revisão da literatura. Estratégias metodológicas da pesquisa. O conhecimento científico. Pesquisa científica. Elaboração e apresentação de trabalhos científicos.</p> <p>4. ÉTICA NA PESQUISA.</p> <p>5. PROJETO DE INTERVENÇÃO.</p> | |
| Metodologia e Recursos Utilizados | |
| A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. | |
| Avaliação da Aprendizagem | |
| <p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das</p> | |

atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; MEDEIROS, João Bosco. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

APOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência. **Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues Pereira. **Elaboração de trabalhos acadêmicos: Normas, Critérios e Procedimentos**. Belém, 2005.

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. **Práticas de pesquisa na escola básica: discutindo alguns encaminhamentos metodológicos**. EDUCAÇÃO: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106 Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6868/6230>> Acesso em 22 jun 2017

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de referências - NBR 6023: documento impresso e/ou digital**. Vitória: Ifes, 2015. 75 p. Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol.30, n.2, pp.289-300. ISSN 1517-9702. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007> Acesso em 22 jun 2017.

Nome Componente ou Disciplina: **Políticas Públicas e Indicadores de Gestão**

Carga Horária:45h

Obrigatória

Objetivos

- Analisar as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores de Gestão nas diversas etapas de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil, bem como

comprender a elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiem a proposição de programas sociais.

Ementa

Política Pública. Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Transparência, accountability e controle social do gasto público. Órgãos de controle público e privado. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. As Pesquisas Amostrais e Institucionais. Indicadores Sociais. Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos. Censos Demográficos. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos.

Conteúdo

1. POLÍTICA PÚBLICA: análises e conceitos;
2. PROGRAMAS SOCIAIS: o que são, como são usados e seus Sistemas de Monitoramento;
3. TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL DO GASTO PÚBLICO: a relevância do controle social na administração pública;
4. A IMPORTÂNCIA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO E PRIVADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
5. DADOS E INDICADORES NO BRASIL: a importância da contagem para mapear e sinalizar possíveis soluções;
6. AS PESQUISAS AMOSTRAIS E INSTITUCIONAIS: quais são os Indicadores Sociais mais usados;
7. OS INDICADORES USADOS PARA BUSCAR DIAGNÓSTICOS SOCIOECONÔMICOS;
8. CENSOS DEMOGRÁFICOS E AS INFORMAÇÕES COLETADAS;
9. REGISTROS ADMINISTRATIVOS, CADASTROS PÚBLICOS E DADOS DE PROGRAMAS: como utilizá-los para criar e monitorar programas de políticas públicas;
10. INTRODUÇÃO ÀS FONTES DE DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS: suas análises e impactos na sociedade.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos

valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, Vol.3, n.2 – julho/dezembro, 2015.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, Ano 34, Vol. 03, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

Bibliografia Complementar

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. Síntese da evolução dos principais indicadores sócioeconômicos utilizados como medida da desigualdade social no Brasil entre os anos 2000 e 2015. **Revista Confluências**, v.21, n.3, p. 45-60, 2019.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão** por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAUMO, Rafael Bassegio; DE SOUZA, João Artur. A qualidade de indicadores socioeconômicos produzidos a partir de Big Data. **Planejamento e políticas públicas**, ppp,n. 57, jan.-mar. 2021.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia Política**.v.4 n.57 p. 49-65, mar 2016.

TAVARES, Paulino Varela; ROMÃO, Ana Lúcia. Accountability e a Importância do Controle Social na administração Pública: Uma Análise Qualitativa. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 236-254 jan. /mar. 2021.

Nome Componente ou Disciplina: **Administração Pública**

Carga Horária: 45h

Obrigatória

Objetivos

Proporcionar aos alunos elementos de análise e reflexão sobre a gestão pública, destacando aspectos da realidade brasileira.

Ementa

Direito Público e Direito Privado. Administração Pública e Organizações. Agentes públicos. A ética profissional do servidor público. Formas de contratação no serviço público. Servidor como agente da ação do Estado. Administrador público à luz da Legislação e da Filosofia. Formas de contratação no serviço público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conteúdo

1. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO: conceito, características e princípios
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES: conceito e espécies
3. AGENTES PÚBLICOS: conceito, espécies e responsabilidade civil.
4. ADMINISTRADOR PÚBLICO À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DA FILOSOFIA: poderes e deveres.
5. A ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO: ética e moral.
6. FORMAS DE CONTRATAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO: noções.
7. OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO SERVIÇO PÚBLICO: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT NETO, Eurico. Transformações do Estado e a Administração Pública no século XXI. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 207-225, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Revista de Investigações Constitucionais. ISSN 2359-5639. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680><http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680>.

BRASIL. **Lei 8.112 de 11 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. Alguns Princípios Constitucionais e Administrativos na Administração Pública Brasileira. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 494-505, Mai. 2011. ISSN 2179-7943. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1959/1027>.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Edipro, 2018.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

| | |
|---|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: <u>Plano Plurianual e Orçamento Governamental</u> | |
| Carga Horária: 45h | Obrigatória |
| Objetivo | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e Aplicar instrumentos de planejamento do setor público brasileiro - Conhecer a legislação orçamentária, em especial a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Federal 4.320/64 e as Portarias do STN/SOF - Compreender o processo formado pela elaboração, discussão, votação, aprovação e execução do orçamento público. - Conhecer a necessidade de monitorar e avaliar as políticas públicas, sob a ótica da execução orçamentária. - Refletir sobre as tendências contemporâneas do planejamento governamental. | |
| Ementa | |
| Instrumentos de Gestão do Estado: Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). PPA: função, componentes e gestão do plano. Orçamentos públicos. A LDO e LOA a base legal do orçamento público. Orçamento no legislativo e as ementas parlamentares. Orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários. Impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas. | |
| Conteúdo | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. PLANEJAMENTO PÚBLICO: Os instrumentos de planejamento e sua importância no Setor Público: Planejamento Estratégico e os Instrumentos de Planejamento Legais; Fundamentação Legal do Orçamento Público (CF, LRF, Lei Orgânica Municipal). 2. ORÇAMENTO PÚBLICO: Funções: Etapas e Ciclos Orçamentários; Princípios orçamentários; Vedações orçamentárias. 3. TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE SOCIAL: Participação social: a obrigatoriedade de realizar audiências públicas; Modelo de metodologias de Audiências Públicas: Requisitos necessários na transparência e divulgação das Audiências. 4. RECEITA PÚBLICA: Fontes de Recursos. 5. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO: Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. 6. INTEGRAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS: Anexo de Prioridades e metas da LDO; Compatibilidade PPA – LDO e LOA. 7. DESPESA PÚBLICA: Classificando a Despesa Pública. 8. EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Decreto de Programação; Créditos Adicionais. | |
| Metodologia e Recursos Utilizados | |

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

Bibliografia Básica

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

Claudiano Albuquerque, Márcio Medeiros e Paulo Henrique Feijó. **Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal** - Editora Gestão Pública(2013), 3ª Edição.

MCASP – **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8ª Edição - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484

MTO/2021 – **Manual Técnico de Orçamento 2021** - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021>

Bibliografia Complementar

CUNHA, A. S. M. As tentativas de racionalização dos gastos públicos. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública – EBAPE/FGV, Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública – RAP**, n. 32, v. 8, 1997.

FARIA, Karoliny. **O Planejamento Orçamentário na Administração Pública**. 2010. Disponível em: <https://karolcfaria.jusbrasil.com.br/artigos/242116319/o-planejamento-orcamentario-naadministracao-publica>. Acesso em 22 Set. 2018.

FORTES, João. Contabilidade Pública. 10º ed. Brasília: Franco e Fortes, 2011. Relatório INESC – Um país sufocado – **Balço Geral da União 2020**– 12 de abril de 2020 - <https://www.inesc.org.br/baixa-execucao-financieira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo/>

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

MAIA, Wagner. **História do Orçamento Público no Brasil**. São Paulo : 2010. Disponível em <https://docplayer.com.br/1560504-Wagner-maia-historia-do-orcamento-publico-no-brasil.html>

SANTOS, A. J. - Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. **REAd: revista eletrônica de administração**. Porto Alegre, 2001 – Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19441>

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

| | |
|---|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: <u>Gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Ajustes</u> | |
| Carga Horária: 45h | Obrigatória |
| Objetivos | |
| <ul style="list-style-type: none">- Compreender e identificar a importância e as peculiaridades das diversas modalidades e dos tipos de licitações, contratos e convênios bem como suas fases e seus aspectos jurídicos e operacionais relevantes para efetivação de acordo com a legislação vigente.- Compreender as peculiaridades das diversas modalidades e dos tipos de licitações.- Ser capaz de identificar e classificar os diversos tipos de contratos administrativos e de transferências voluntárias possíveis de serem firmados com os Entes da Federação.- Discutir as atividades que podem ser objeto de contratação.- Compreender a formalização de contratos e a fiscalização de contratos de acordo com a legislação vigente.- Ser capaz de entender a relevância do Controle Interno para salvaguardar o uso | |

| |
|---|
| <p>eficiente e eficaz dos recursos públicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar o papel do administrador no controle e na gestão de contratos. - Analisar as principais irregularidades em licitações e contratos. |
| Ementa |
| <p>Receitas públicas. Despesas públicas. Gastos públicos. Política fiscal. Sistema de controle interno. Planejamento. Orçamento. Lei 4320/64. Projeto de Lei nº 135/96.</p> |
| Conteúdo |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. RECEITAS PÚBLICAS ORÇAMENTÁRIAS: conceitos. 2. DESPESAS PÚBLICAS ORÇAMENTÁRIAS: conceitos. 3. GASTOS PÚBLICOS: conceitos. 4. POLÍTICA FISCAL: conceitos. 5. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: aplicação. 6. PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS: conceitos e aplicação. 7. LEI 4320/64: aplicação. 8. COMPRASNET CONTRATOS: aplicação. |
| Metodologia e Recursos Utilizados |
| <p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p> |
| Avaliação da Aprendizagem |
| <p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.</p> |
| Bibliografia Básica |

BRASIL. Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Presidência da República. Brasília.2021.

BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. **Lei de Licitações e Contratos. Presidência da República**. Brasília. 1993.

BRASIL. Decreto nº. 9.412, de 18 de junho de 2018. **Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Presidência da República. Brasília. 2018.

BRASIL. Lei nº. 12.462, de 04 de agosto de 2011. **Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC** . Presidência da República. Brasília. 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002. **Lei do Pregão**. Presidência da República. Brasília.2002.

BRASIL. Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002. **Lei do Pregão**. Presidência da República. Brasília.2002.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. 6. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de licitações e contratos administrativos: teoria, prática e jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aide, 2006.

MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich. Licitação – **Passado, presente e futuro**. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 14, n. 158, p. 41-49, fev. 2015

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Reze. **Licitações e Contratos Administrativos: teoria e prática**. São Paulo: Método, 2015.

Bibliografia Complementar

JERÔNIMO, Bruno de Sá. ARENAS, Marlene Valério dos Santos. Vantagens e desvantagens das novas modalidades de licitação com advento da lei 14.133/2021. In: **Brazilian Journal of Development**. Vol. 7, nº. 12, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/40810/pdf>. Acesso em 13/12/201

LBOSELLI, Paulo. **Simplificando as licitações**: (inclusive o pregão). 2. ed. São

Paulo: Edicta, 2002.

LIMA, Edcarlos Alves. **O Diálogo Competitivo e os desafios práticos de sua operacionalização**, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/nacao-inovadora/dialogo-competitivo-desafios-operacionalizacao-11052021>. Acesso em: 13.dez.2021.

LOPES, Virgínia Bracarense. **A nova lei de licitações: 5 mudanças trazidas pela nova norma**. ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 2021. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/nova-lei-de-licitacoes>. Acesso em: 13 dez.2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos: estudos e comentários sobre as leis 8.666/93 e 8.987/95, a nova modalidade do pregão e o pregão eletrônico; impactos da lei de responsabilidade fiscal, legislação, doutrina e jurisprudência**. 9. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MUKAI, Toshio. **Licitações e contratos públicos: comentários à Lei no 8.666/93, com as alterações da Lei no 9.648/98 e análise das licitações e contratos na E. C. 19/98 (reforma administrativa)**. 5. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva 2006.

SALVADOR, Gustavo Rocha. Pregão. **Revista Jus Navigandi**. Set 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42694/pregao>. Acesso em 12 dez. 2021.

TISSOT, Rodrigo. **Aspectos da teoria geral dos contratos, princípios e requisitos**. Portal Aurum 2020. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/teoria-geral-dos-contratos/> Acesso em 13 dez. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência**. 4ª Edição, 2010 (in www.tcu.gov.br).

| | |
|---|-------------|
| Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso (TFC) | |
| Carga Horária: 30h | Obrigatória |
| Objetivos | |
| Aplicar os conhecimentos obtidos ao longo do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública na elaboração do Trabalho de Conclusão Final do Curso (TFC). | |
| Ementa | |

| |
|--|
| Desenvolvimento orientado de um trabalho de intervenção. Elaboração do TFC. |
| Conteúdo |
| Definição do problema ao qual será realizada a intervenção. Desenvolvimento da proposta de intervenção. Escrita do TFC. |
| Metodologia e Recursos Utilizados |
| A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. |
| Avaliação da Aprendizagem |
| A avaliação da disciplina se dará por meio de uma banca avaliadora formada conforme estabelecido no Regulamento do Curso. Serão considerados aprovados os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). |
| Bibliografia Básica |
| De acordo com a temática do trabalho a ser desenvolvido serão selecionadas as referências bibliográficas. |
| Bibliografia Complementar |
| De acordo com a temática do trabalho a ser desenvolvido serão selecionadas as referências bibliográficas. |

4.3 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática do Ifes, no que couber, incluindo as seguintes especificidades: avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- estudos de casos.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de pontos, numa escala de zero a cem. Os alunos que não atingirem nota igual ou superior a sessenta serão desligados do programa, conforme regulamento.

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015 e IN Napne/Proen nº 01/2020.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

Caberá ao Coordenador do Curso realizar as avaliações do curso com os discentes ao término de cada disciplina; e no meio e ao fim do curso, no caso de avaliação de coordenação e infraestrutura. Os formulários para as avaliações serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem. Os professores e demais avaliados terão acesso aos dados visando contribuir na revisão de suas práticas, da estrutura curricular, da infraestrutura. Esses dados serão utilizados também para a elaboração do relatório final do curso.

5 Estágio

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio pode ser de dois tipos: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

I - Estágio obrigatório.

II - Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No curso de Pós-Graduação *lato sensu* Especialização em Gestão Pública não haverá estágio.

6 Referências

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download

&alias=10804-pceb011-12- pdf&category_slug=maio-2012- pdf&Itemid=30192.
Acesso em: 26 de março de 2020

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017**. 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm.
Acesso em 26 de março de 2010

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em :

BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018**. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso
em 26 de março de 2020.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

7. Apêndices

8. Anexos (Opcional)